

EDITORA



UnB

EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS

Do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB

Catarina de Almeida Santos
Andréia Mello Lacé
Ana Maria de Albuquerque Moreira
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

(organizadoras)



 EXTENSÃO
INSURGENTE



Universidade de Brasília

Reitora : Márcia Abrahão Moura
Vice-Reitor : Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora : Germana Henriques Pereira

Conselho editorial : Germana Henriques Pereira (Presidente)
: Ana Flávia Magalhães Pinto
: Andrey Rosenthal Schlee
: César Lignelli
: Fernando César Lima Leite
: Gabriela Neves Delgado
: Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo
: Liliane de Almeida Maia
: Mônica Celeida Rabelo Nogueira
: Roberto Brandão Cavalcanti
: Sely Maria de Souza Costa

EDITORA



UnB

EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS

**Do centenário de Paulo Freire e
Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB**

Catarina de Almeida Santos

Andréia Mello Lacé

Ana Maria de Albuquerque Moreira

Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

(organizadoras)



Equipe do projeto de extensão – Oficina de edição de obras digitais

Coordenação geral : Thiago Affonso Silva de Almeida
Consultor de produção editorial : Percio Savio Romualdo Da Silva
Coordenação de revisão : Denise Pimenta de Oliveira
Coordenação de design : Cláudia Barbosa Dias
Revisão : Maria Thalita dos Santos Pessôa
Diagramação : Larissa Gomes dos Santos Viana
Fotos de capa : Paulo Freire Contemporâneo, frame de vídeo - Ministério da Educação, via Domínio Público
Darcy Ribeiro - Cedoc - Arquivo Central UnB
Universidade de Brasília - Beto Monteiro

© 2023 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
Centro de Vivência, Bloco A – 2ª etapa, 1º andar
Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF
CEP: 70910-900
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade de Brasília – BCE/UnB)

E24 Educadoras e educadores brasileiros [recurso eletrônico] : do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB / (organizadoras) Catarina de Almeida Santos ... [et al.]. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2024.
170 p.

Formato PDF.
ISBN 978-65-5846-270-5.

1. Universidade de Brasília - História. 2. Educadoras - Brasil. 3. Educadores - Brasil. I. Santos, Catarina de Almeida (org.).

CDU 37 (81)



Sumário

Prefácio 7

Olgamir Amancia Ferreira

Os 60 anos da Universidade necessária e as educadoras e os educadores brasileiros 11

Catarina de Almeida Santos
Andréia Mello Lacé
Ana Maria de Albuquerque Moreira
Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

Paulo Freire: educando para a libertação 21

Cristiano Garboggini Di Giorgi
Andréia Nunes Militão

Do direito à educação à Universidade de Brasília no pensamento anisiano 37

Maria Zélia Borba Rocha

Florestan Fernandes e a educação: da Campanha de Defesa da Escola Pública à construção de uma pedagogia socialista 57

Diogo Valença de Azevedo Costa

Nísia Floresta: autobiografia, pesquisas e perspectivas 75

Alyanne de Freitas Chacon

Formação social, estado e educação brasileira: o projeto quilombista como alternativa civilizatória e pedagógica em Abdias do Nascimento 93

André Luis Pereira
Camilla Meneguel Arenhart



Nise da Silveira: uma educadora rebelde 111

Felipe Magaldi

Anália Franco: a educadora que o Brasil precisa conhecer 129

Samantha Lodi-Corrêa

**Os 60 anos da UnB no centenário de Darcy Ribeiro
e a necessária luta por um novo amanhecer** 149

Catarina de Almeida Santos

Andréia Mello Lacé

Ana Maria de Albuquerque Moreira

Danielle Xabregas Pamplona Nogueira

Um posfácio, um convite ao inacabamento 157

Andressa Pellanda

Nise da Silveira e a humanização da doença mental 161

Franklin Chang



Anália Franco: a educadora que o Brasil precisa conhecer

Samantha Lodi-Corrêa



Introdução

O nome Anália Franco apresenta-se hoje como um nome conhecido: nome de bairro e shopping em São Paulo, campus de faculdade, depois de ter sido “guardado” por décadas pelos espíritas e pelas Associações fundadas ou inspiradas por ela. Apesar de soar como um nome conhecido, quem de fato foi Anália Franco? Por que insisto na ideia de uma educadora que o Brasil precisa conhecer?

Entre o nome conhecido e sua prática há uma distância... um silenciamento ao qual mulheres, de modo geral, sofreram na história. Descrédito à racionalidade feminina, uma história produzida por homens, falando de homens, normalmente brancos e heterossexuais, que falavam de “seus iguais”, que ressaltavam grandes nomes, uma tendência mundial amplamente repetida no Brasil.

Anália Franco foi uma dessas mulheres deixadas de lado, mas o mais surpreendente: passou por um processo de tentativa de apagamento da memória, logo após seu falecimento, durante a pandemia de gripe espanhola no início de 1919, justamente por suas colegas da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo (AFBI).

Apesar de ter grande parte de sua vivência e atuação na província e, depois, estado de São Paulo, nasceu em Resende, na província do Rio de Janeiro, em 1853, mas se mudou ainda jovem. Aos quinze anos, em 1868, trabalhava como professora auxiliar de sua mãe, formando-se, assim, na prática, conforme era previsto pela Reforma Couto Ferraz, de 1854.

Sua primeira atividade independente já envolve uma polêmica, logo após a promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, quando Anália Franco iniciou a primeira escola maternal do Brasil, em Jacareí, onde assumiu como professora pública. A polêmica envolvia a proposta de coeducação entre os sexos, mas, principalmente, por acolher

crianças filhas de escravizadas/os para essa atividade, o que, em um país escravocrata, não foi uma decisão muito bem vista.

Em 1877, retornou para São Paulo matriculada como aluna-mestra na escola normal, curso que não concluiu por causa do fechamento da escola, no ano seguinte, mas foi equiparada à normalista, em 1905 por uma lei.

Entre as décadas de 1880 e 1890, participou de periódicos femininos como *A Família*, *A Mensageira* e *O Echo das Damas*. Por uma questão de saúde, afastou-se, voltando com uma publicação própria, *Álbum das Meninas*, que circulou entre 1898 e 1901. Consideramos esse período um laboratório de ideias da educadora, que, em 1901, fundou a AFBI, a qual permeou sua prática socioeducacional até sua morte.

Anália Franco mobilizou uma rede para o funcionamento da AFBI, com doadores de trabalhos, serviços e financiadores. Ela organizava escolas pessoalmente, ao mesmo tempo em que auxiliava no desenvolvimento de orfanatos e escolas em outras cidades, criando material didático de suporte e indicando professoras formadas por ela para ocuparem seus lugares.

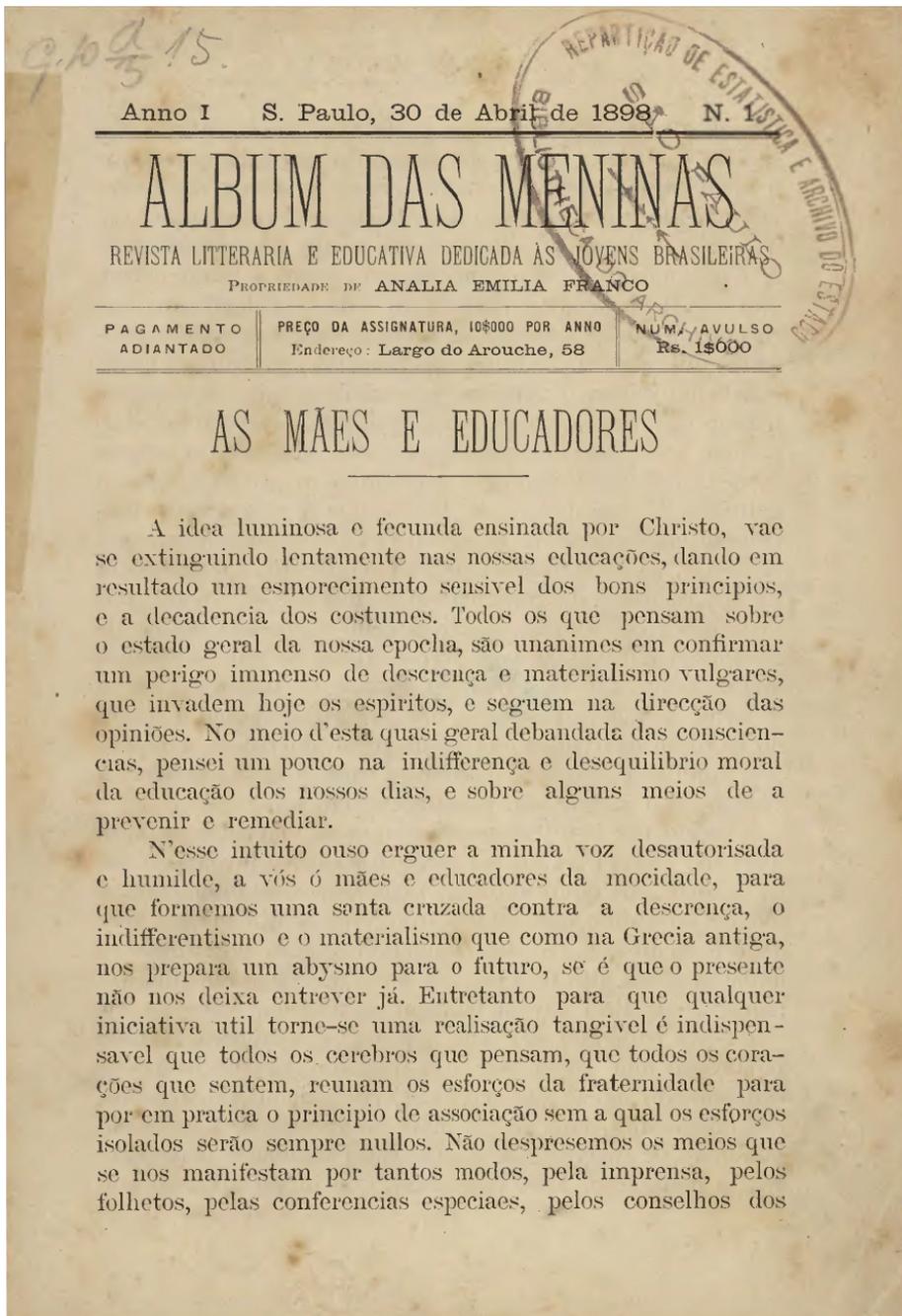
Diferentemente do que alguns pensam, Anália Franco não foi uma fazendeira cheia de dinheiro com terras herdadas em São Paulo, mas sim uma professora que fez da educação e da luta por direitos iguais sua própria vida.

Álbum das meninas: as ideias

Como mencionado, trabalhamos com a perspectiva do *Álbum das meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*,¹ considerada um laboratório de ideias de Anália Franco. Na publicação, encontram-se dois tipos específicos de textos: uma literatura amena, que, muitas vezes, apresentou traços religiosos, fragmentada em trechos e com continuidade no número seguinte, uma característica comum da época; e textos críticos, os quais debatiam questões como liberdade, igualdade, direitos das mulheres, educação para todas e todos, falta de inserção social, preconceitos e militarismo. Tais textos também incluíam críticas à República brasileira, que prometeu muito e não fez nada de fato (Lodi-Corrêa, 2009).

¹ Aqui lembro às leitoras e aos leitores que utilizamos a ortografia atual para apresentar as citações do *Álbum das meninas*.

Figura 1: Álbum das Meninas, ano I, n. 1



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

O primeiro número inicia com um artigo intitulado “As mães e educadores”, que discute as ideias de Cristo e também a implementação do “princípio de associação” para oferecer educação. Todo o primeiro número estabelece claramente uma conexão religiosa em Anália e suas colaboradoras/es. A partir do segundo número, são apresentadas, juntamente com os textos que possuem essas características religiosas, algumas críticas mais incisivas

que se destoam dos mencionados anteriormente. Muitas vezes nos primeiros números, a educadora é relacionada ao catolicismo, mas posteriormente, a religiosidade é mantida sem mencionar uma religião específica, provavelmente indicando sua mudança para o espiritismo, doutrina pela qual ficou conhecida.

Em relação à educação, logo no número dois encontramos o artigo “A instrução obrigatória”, que convoca o Estado para assumir sua responsabilidade de educar o povo:

é desgraçadamente incontestável que os resultados dessa cruzada contra o flagelo da ignorância popular têm sido, até hoje, insuficientes para prevenir o mal e promover o bem. É que a questão não está no decretamento de providências paliativas, está na seriedade do assunto e na verdadeira prática dele [...]. Realmente é lastimável a desproporção enorme, assombrosa, extraordinária da quase totalidade do povo que jaz submersa no limbo tenebroso da ignorância (Franco, *Álbum das meninas*, n. 2, p. 23).

A discussão sobre educação perpassa vários números da revista literária, então, nesse caso, achamos importante ter contato com trechos da escrita da própria educadora.

Enquanto o povo continuar entregue à deplorável incúria, profundamente submersa nas trevas de uma ignorância absoluta, verdadeiramente lamentável, a escravidão não se extinguirá entre nós.
A liberdade não passará de uma falsidade se faltar ao seu mais importante e rigoroso dever: a educação do povo (Franco, *Álbum das meninas*, n. 7, p. 158).

Aqui, já convivendo com a república, Anália questiona a liberdade sem educação. Fica claro que é impossível falar em liberdade, sem que exista educação para todas e todos. Somente com a educação era possível construir uma república participativa. Temas que desenvolve também no número seguinte.

É que a nossa sociedade infelizmente ainda não se compenetrou da necessidade de instrução e da ideia do trabalho livremente exercido e compensado, sem distinção de sexos nem posição [...].
República e ignorância são duas palavras que se contradizem e que se repelem: assim, a única garantia de sua consolidação está na instrução do povo e numa legislação que possa conciliar, tanto quanto o nosso século permite, os interesses de segurança com o voto da humanidade [...].
Erguendo a minha voz humilde para saudar o IX aniversário da República no Brasil, em conclusão, direi, como Beryer: não temais, cidadãos, em seguir o verdadeiro progresso do espírito humano, que há de confiar não em exércitos comandados por capitães mais ou menos hábeis, não na força bruta, mas sim nos nobres combatentes de espírito, nas lutas da inteligência, no destino e na direção das sociedades (Franco, *Álbum das meninas*, n. 8, p. 175-176).

Nesse trecho, adota-se uma oposição ao militarismo para colocar-se contra a força bruta e, provavelmente, contra as repressões do início da República,² que não havia cumprido sua promessa em relação à educação do povo.

Anália Franco defende a educação física para todos, argumentando que o “instrumento intelectual está também sujeito às enfermidades físicas” e que, no período, o adágio “mente sã, corpo sã” parecia esquecido; por isso, a educação física na escola era fundamental para todas e todos.

E se um tal sistema de educação é funesto para o homem, torna-se ainda mais prejudicial para o desenvolvimento e a conservação da energia constitucional da mulher. Privadas de uma completa liberdade de ação, tolhidas em sua atividade física, ora por mero erro da pedagogia ou pela exultante e impiedosa vaidade de torná-las admiradas e agradáveis à vista, prejudicando gravemente a constituição das meninas, condenando-as à desventura por esse amor desordenado pelas aparências. Sem essa atividade alegre que lhes fortifica os pulmões e garante-lhes um salutar desenvolvimento, não só tornam-se incapazes de dirigirem-se ou acautelarem-se a si mesmas nas horas de perigo; como também apresentam uma aparência de palidez doentia junto a uma certa timidez que geralmente acompanha a fraqueza (Franco, *Álbum das meninas*, n. 3, p. 51-52, 1898).

A educação permeia o periódico de forma que apresenta sua concepção sobre intuição moral, falando sobre lições de coisas, como ficou conhecida a proposta de Pestalozzi no Brasil daquele período. O texto indica que se trata de uma tradução feita por Anália Franco, porém não menciona a autoria original. Creches, educação maternal, educação profissional, ensino público, criação de bibliotecas populares e desenvolvimento da leitura são temas recorrentes no periódico.

Defensora da leitura para todas e todos, reclama que esse é um problema cultural do Brasil, pois “habitados a entretermo-nos nas horas de descanso com sensações e não com ideias, não sentimos nenhuma afeição pelos livros” (Franco, *Álbum das meninas*, n. 4, p. 82). Por isso, a leitura deveria ser generalizada no Brasil, mesmo que ela demonstre alguma resistência aos romances do realismo, que considera um impulso ao adultério.³ Também faz críticas a Zola e Darwin como responsáveis por uma insensibilidade no último quartel do

² O Brasil passou por alguns momentos de revoltas no início da República. A situação da população mais pobre envolvia fome, racismo, falta de assistência social, moradia e péssimas condições de sobrevivência. Cabe mencionar algumas delas: as Revoltas da Armada no Rio de Janeiro (a primeira em 1891 e a segunda entre 1892 e 1894), quando a Marinha se rebelou para exigir uma maior participação nos governos republicanos, tendo como presidentes Marechal Deodoro da Fonseca e Marechal Floriano Peixoto, ambos de exército. A Revolução Federalista (1893-1895), que aconteceu no sul do país, formando um governo independente que foi duramente reprimido com degolas de prisioneiros e, simbolicamente, a mudança do nome da capital da revolução de Desterro para Florianópolis. A Guerra de Canudos (1896-1897), que massacrou a população que vivia em Monte Belo, no sertão da Bahia, pois foi considerada um risco às elites agrárias do Brasil.

³ No caso específico, ela critica *Madame Bovary* de Gustave Flaubert, que inclusive passou por um processo quando o romance foi publicado em 1856, por ofender a moral e a religião.

século XIX. Reconhece um grupo de mulheres que trabalha pela literatura nacional, mesmo com todo o descaso brasileiro, e depois usa o exemplo da Inglaterra, onde entende-se a leitura como parte da cultura cotidiana. Encerra assim:

[...] enquanto a nossa instrução for concebida nessa espécie de molde fatal, que nos atrofia o desenvolvimento da personalidade, havemos de viver abafadas numa atmosfera de interesses mesquinhos, sem sentir simpatia, nem tendência para as nobres e elevadas conquistas do espírito. Assim, também, enquanto não tivermos uma compreensão mais nítida e mais real do dever, não renunciaremos às futilidades que presentemente nos preocupam. Nem a literatura entre nós conseguirá jamais despertar-se da apatia que a enlanguece e adormenta (Franco, *Álbum das meninas*, n. 4, p. 85).

Aqui, ela reflete sobre uma mudança cultural que envolve o despertar pelo hábito da leitura e pela busca de conhecimento. Especificamente em relação à educação da mulher, uma de suas principais preocupações, ela escreve:

tenho, porém, a mais sincera e ardente convicção de que em nossa cara pátria hão de cair, paulatinamente, as peias do obscurantismo, da timidez e do acanhamento que nos envolvem; e que a elevação do nível intelectual da mulher atingirá em breve esse grau de superioridade a que ela tem incontestável jus (Franco, *Álbum das meninas*, n. 6, p. 127, 1898).

Em “Notas sobre educação”, o autor ainda reforça e retoma a questão da mulher. O artigo apresenta algumas concepções preconceituosas difundidas pela pseudociência do período, com forte influência europeia. Essas teorias, baseadas em perspectivas eurocêntricas, foram amplamente difundidas no Brasil, como a ideia de que o país estaria “atrasado” devido ao clima, temperamento e origem racial. Tal abordagem traz uma ambiguidade aos seus posicionamentos em uma análise atual.

Com relação à mulher nos países mais cultos, a sua posição social tem melhorado consideravelmente, o que representa um triunfo assinalado da justiça do nosso tempo.

Está claro, porém, que ainda se tem muito a caminhar e se hão de passar algumas gerações antes que ela possa vir a ocupar o que lhe compete na plena posse moral e intelectual de si mesma [...].

Todavia, o que é mais triste e desconsolador para nós é que a maior parte das pessoas do nosso sexo, longe de contestarem a postergação de seus direitos por meio da persuasão, aceitam passivamente, numa espécie de entorpecimento anestesiado, essa tutela historicamente dispensada a que estão sujeitas, de modo a tornar sua liberdade apenas uma fórmula e não um fato (Franco, *Álbum das meninas*, n. 7, p. 145-146, 1898).

As mulheres devem ser independentes e não tuteladas ou dirigidas. A autonomia e a condução da própria vida apresentam-se como fundamentais, porém a educadora lamenta que a maioria das mulheres não se rebelam contra essa situação.

Anália Franco apresenta dados estatísticos do analfabetismo entre as mulheres no Brasil, publicados em 1885 na *Gazeta de Notícias*, que indicam quase seis milhões de casos.⁴ Com os dados da época, fica clara a preocupação de Anália Franco, pois ainda era raro, no Brasil do século XIX, uma mulher ser alfabetizada. Sua preocupação principal era a educação intelectual e profissional para as mulheres, assim como para as crianças mais pobres – ou desvalidas, em sua linguagem.

Todavia, não podemos deixar de convir que a mulher do presente tem aberto diante de si um largo horizonte e que, se fosse educada numa elevada intuição da liberdade, aliada a uma forte compreensão do direito, poderia conquistar os mais lisonjeiros destinos. Estudar os difíceis problemas da ciência, aperfeiçoando e animando as letras e as artes, incitando a indústria a novas produções e o comércio a novos cometimentos, sem contudo ultrapassar os limites dos negócios públicos do foro e da política (Franco, *Álbum das meninas*, n. 13, p. 302, 1899).

No contexto do *Álbum das meninas*, surgem alguns impasses relacionados à questão da mulher. No número 4, A. Costa, provavelmente Antônio Costa, que era colaborador, assina um artigo contra o divórcio, apresentando características de conservadorismo extremo. Por outro lado, no número 15, há um texto intitulado “Chronica”, com características de denúncia, assinado por: uma educanda recém-casada, demonstrando um caráter bem oposto ao de A. Costa.

Aborda o discurso recorrente na época de que a mulher deveria instruir-se junto ao marido. Assim, ofereceram-lhe um marido, que ela aceitou sem saber se amava, “porque na minha idade ama-se tudo o que pode quebrar a monotonia da vida”, mas também convencendo-se de que o matrimônio era intrínseco à mulher (Franco, *Álbum das meninas*, n. 15, p. 344, 1899). A princípio, acreditou que o marido era sábio e que demonstrava desprezo por livros porque sabia muito. Entretanto, no cotidiano, descobriu que ele não conseguia conversar sobre diversos assuntos, como ciência, arte, educação, literatura etc., ficando restrito às aparências sociais, as quais não a encantavam. Isso reforça que as mulheres devem, sim, educar-se antes e não depois, com maridos que possam ser ignorantes. Dialogam com a “Chronica” para contar essa história, que termina assim:

será talvez justa. Chama-me agora esposa inconveniente, *shocking*, desleal mesmo se queres; não me zangarei contigo. Mas, por Deus, boa Chronica, aconselha as mulheres solteiras que leiam, que estudem, que se ilustrem, e às tão desastrosamente casadas como eu, diz, boa Chronica, diz, agora aqui baixinho, compadecida e franca: — que livros devemos adquirir para educar nossos maridos? (Franco, *Álbum das meninas*, n. 15, p. 348, 1899).

⁴ No Censo Geral do Império de 1872, o Brasil tinha pouco mais de dez milhões de habitantes, totalizando 10.112.061. Já no recenseamento de 1890, esse número aumentou para 14.333.915, representando um equilíbrio entre mulheres e homens, de acordo com os dados do IBGE.

Algumas questões sociais também eram consideradas no periódico, pois Anália reconhecia as desigualdades sociais e o abandono ao qual o povo estava relegado.

O profundo caráter da sociedade atual é o luxo desenfreado de uns, incrustado na miséria asquerosa de outros.

Os que triunfam passam por entre aclamações entusiásticas, e ninguém tem tempo para indagar se as glórias foram ou não merecidas. Triunfaram! [...]. Não nos iludamos, porém, com essa tranquilidade aparente, porque este momento de vida torna-se tanto mais crítico e tanto mais decisivo quanto é inegável que a forma, a miséria negra, o tédio e o desespero dessa coorte enumera que vegeta nos lugares de sombras, crescem e sobrem pouco a pouco, à medida que os gozos materiais vão se tornando aspiração única do povo. É preciso, pois, afirmarmos bem alto que o egoísmo não é o fim ético da nossa existência e que não precisamos só de riquezas materiais, mas sim de riquezas morais, verdadeira grandeza de um povo (Franco, *Álbum das meninas*, n. 6, p. 121-122, 1898).

Quando passa pelo terreno da política, no *Álbum* número 2, comemora o fim da escravidão no artigo “13 de maio” e, ao final, presta homenagem a Antonio Bento de Souza e Castro, conhecido como o chefe do abolicionismo paulista, juiz que foi chefe dos caifazes⁵ em São Paulo.

Existem dois momentos de modificações encontrados no periódico. Um ocorre com a equipe que integrou o *Álbum das meninas*, a qual permaneceu a mesma até o número 7; contudo, no número 8, Anália assinou quase todos os artigos, além de publicar um texto com elementos espiritualistas. O outro momento é marcado pelo fato de que o periódico ficou quase um ano sem publicação entre os números 17 e 18 (Lodi-Corrêa, 2009).

As ideias de Anália Franco começaram a tomar forma e se concretizaram em formato de associação, que muitas vezes foi abordada como uma proposta viável para educação e assistência, ou ainda, citada para exemplificar casos bem-sucedidos nesse formato. Assim, ela fundou, com algumas mulheres e apoiadores, a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, em 1901.

Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo – AFBI

A associação deve ser pensada a partir de seu nome: uma associação feminina que se delineia cada vez mais com decisões exclusivas das mulheres, possuindo duas características distintas ou frentes de atuação: uma beneficente e outra instrutiva. Isso não significa que estivessem completamente separadas; ao contrário, o setor da beneficência sempre se encontrava com o setor da instrução.

⁵ “Os caifazes operavam tanto em São Paulo quanto no interior das províncias, instigando os escravos a fugir, fornecendo-lhes meios e protegendo-os durante a fuga. Retiravam-nos das fazendas onde viviam para empregá-los em outras como assalariados e encaminhavam-nos para pontos seguros onde poderiam escapar à perseguição de seus senhores” (Costa, 2008, p. 112).

Consta no Artigo II do Estatuto de fundação da AFBI:

1º Estabelecer neste Estado e nos outros Liceus Femininos e aulas práticas para preparar e formar professoras das Escolas Maternais da Associação.

2º Estabelecer escolas destinadas a completar a educação dos alunos das Escolas Maternais.

3º Fundar escolas profissionais para ambos os sexos.

5º Criar bibliotecas.

6º Promover conferências sobre assuntos de instrução e moral.

7º Criar asilos e albergues diurnos para crianças e senhoras desamparadas.

8º Prestar socorros médicos a todos os protegidos pela Associação.

9º A Associação é leiga, respeitando todas as crenças das suas sócias e protegidas.

10º A Associação será dividida em duas secções: uma de Escolas Maternais e outra de asilos, creches e albergues.

11º As Escolas Maternais, asilos e creches são destinados a beneficiar e educar crianças e senhoras de todas as classes e seitas diversas, por isso limitam-se ao ensino das verdades fundamentais, como a existência de Deus, a imortalidade da alma e ao ensino da mais pura moral, sem prejudicar as crenças das famílias a que pertençam as crianças.

12º Às internas do Asilo e Creche de 16 anos para cima dar-se-á ampla liberdade religiosa ou filosófica, não sendo todavia permitido dentro do asilo e Escolas Maternais, as práticas exteriores de seita religiosa alguma (Associação Feminina Beneficente e Instrutiva, p. 8-9).

Com esse intuito, a Associação permaneceu enquanto estava sob a direção de Anália Franco. Com a Constituição de 24 de fevereiro de 1891, o sistema de voto baseado na comprovação de renda, que estava em vigor durante o Império, foi abolido. No entanto, na rearticulação de poder, a restrição estava relacionada ao analfabeto, que não poderia votar. Os eleitores precisavam ter mais de 21 anos e não podiam ser mendigos, praças de pré (exceto alunos militares do ensino superior) ou religiosos com votos de obediência; estes últimos também não podiam ser eleitos. Nesse contexto, ler e escrever era um requisito fundamental para a participação política durante a Primeira República.

A educação era pensada em seus aspectos formais, profissionais e artísticos. Propunha-se um currículo com uma grade próxima às escolas tradicionais, mais especificamente aos grupos escolares que eram os modelos educacionais da república. A qualificação profissional era compreendida como autonomia para mulheres e crianças.

É, pois, incontestável que a mulher, especialmente a pobre, seja hoje educada conforme o exigido pelo estado atual da sociedade. Esta é a educação que damos às nossas asiladas, preparando-as pelo estudo e pelo ensino profissional, para que possam viver sozinhas, movendo-se na sua esfera própria, quando lhes seja preciso fazerem o seu próprio destino, independentemente de qualquer auxílio ou de qualquer proteção (Franco, 1906, p. 11).

A independência financeira foi abordada por Anália Franco como um primeiro passo para que as mulheres pudessem viver por si próprias e fazer suas próprias escolhas. Lembro que, nesse contexto, as mulheres não tinham participação político-social, não votavam e não tinham direito ao divórcio. A arte permeava o ensino proposto pela educadora no currículo comum, na profissionalização e inclusive na criação de um grupo dramático-musical e de uma banda compostos somente por mulheres, ambos sob a regência de Francisco Antônio Bastos, companheiro de Anália Franco.

A banda e o grupo de teatro foram criados para divulgar o trabalho da AFBI, enquanto incentivavam a formação de novas escolas e orfanatos vinculados à associação. Aliás, alguns orfanatos tiveram uma longa trajetória, como é o caso do Lar Anália Franco de Jundiá, fundado em 19 de maio de 1912, que permanece com um trabalho ininterrupto até hoje, mesmo passando por adaptações. Atualmente, não é mais um orfanato, mas continua na área de assistência para crianças e adolescentes, “desenvolvendo projetos de apoio pedagógico, esporte e lazer, arte e cultura, suplementação alimentar, preparação visando à inserção ao mercado de trabalho e capacitação para geração de renda familiar”.⁶

Figura 2: 111-1139 Theatro infantil do asylo e creche



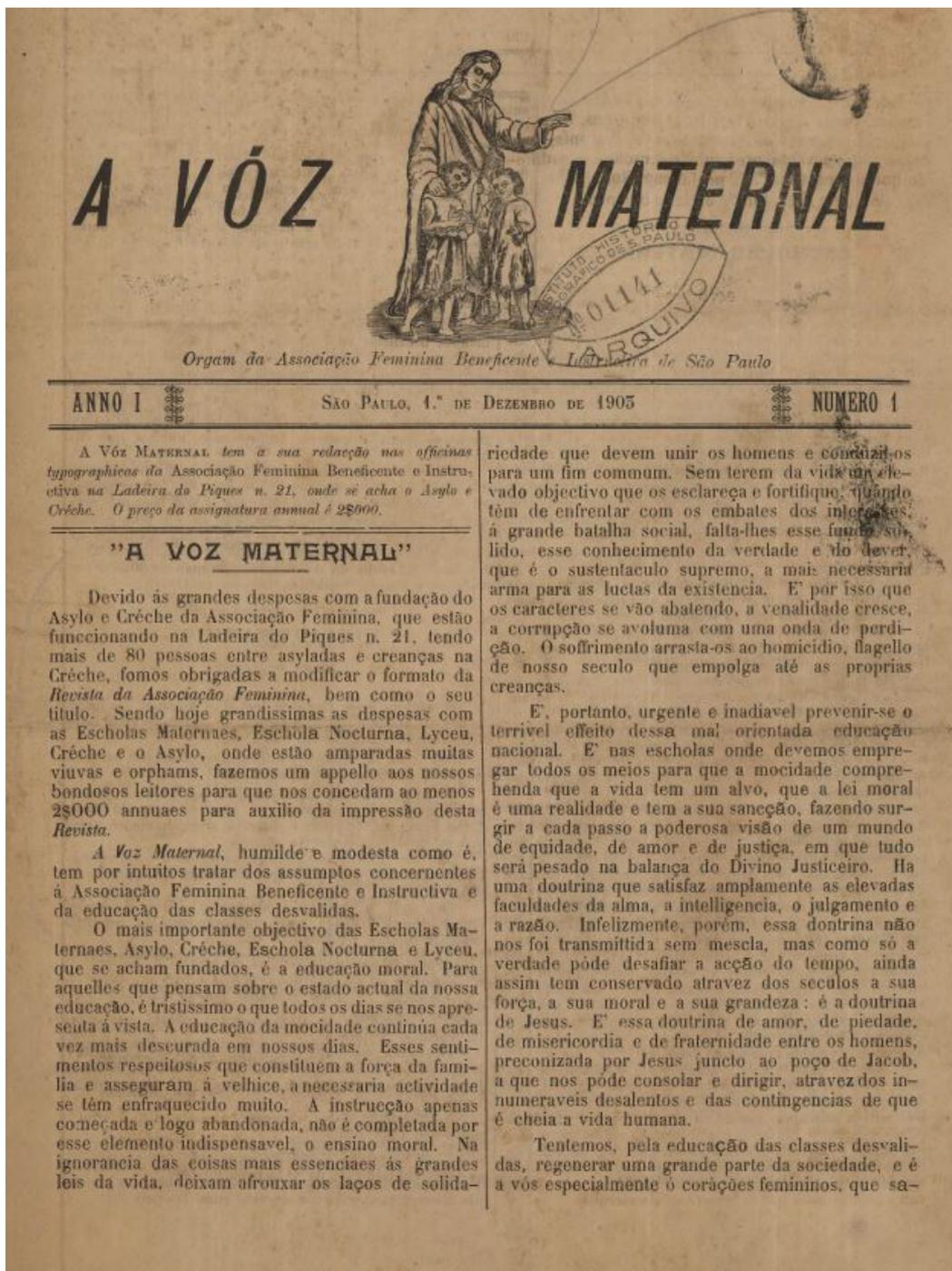
⁶ Lar Anália Franco.

Figura 3: 111-1142 Theatro infantil do asylo e creche – Orchestra**Figura 4:** 111-1147 Theatro infantil do asylo e creche – banda de música

Fonte: arquivo pessoal de Dora Incontri

Assim que fundou a AFBI, o *Álbum das meninas* foi substituído por outra publicação mensal: *A voz maternal*. Esta tinha como objetivo divulgar as atividades e ações da AFBI, além de apresentar suas prestações de contas. Contudo, em sua pauta, também se encontravam alguns artigos sobre a educação das crianças, a organização das mulheres por seus direitos e sua independência. Anália Franco colocava a racionalidade e a independência da mulher como inegociáveis nas páginas do periódico. Há uma diferença entre os dois que já se evidencia na primeira página: o *Álbum* era apresentado como sendo de “propriedade de Anália Emília Franco”, enquanto *A voz* era descrita como um “órgão da AFBI”.

Figura 5: A voz maternal



A VOZ MATERNAL tem a sua redacção nas officinas typographicas da Associação Feminina Beneficente e Instructiva na Ladeira do Piques n. 21, onde se acha o Asylo e Crèche. O preço da assignatura annual é 2\$000.

"A VOZ MATERNAL"

Devido ás grandes despesas com a fundação do Asylo e Crèche da Associação Feminina, que estão funcionando na Ladeira do Piques n. 21, tendo mais de 80 pessoas entre asyladas e creanças na Crèche, fomos obrigadas a modificar o formato da Revista da Associação Feminina, bem como o seu titulo. Sendo hoje grandissimas as despesas com as Escolas Maternas, Escola Nocturna, Lyceu, Crèche e o Asylo, onde estão amparadas muitas viuvas e orphans, fazemos um appello aos nossos bondosos leitores para que nos concedam ao menos 2\$000 annuaes para auxilio da impressão desta Revista.

A Voz Maternal, humilde e modesta como é, tem por intuitos tratar dos assumptos concernentes á Associação Feminina Beneficente e Instructiva e da educação das classes desvalidas.

O mais importante objectivo das Escolas Maternas, Asylo, Crèche, Escola Nocturna e Lyceu, que se acham fundados, é a educação moral. Para aquelles que pensam sobre o estado actual da nossa educação, é tristissimo o que todos os dias se nos apresenta á vista. A educação da mocidade continúa cada vez mais descurada em nossos dias. Esses sentimentos respeitosos que constituem a força da familia e asseguram á velhice, a necessaria actividade se têm enfraquecido muito. A instrueção apenas começada e logo abandonada, não é completada por esse elemento indispensavel, o ensino moral. Na ignorancia das coisas mais essenciaes ás grandes leis da vida, deixam afrouxar os laços de solida-

riedade que devem unir os homens e conduzi-los para um fim commum. Sem terem da vida um elevado objectivo que os esclareça e fortifique, quando têm de enfrentar com os embates dos interesses, á grande batalha social, falta-lhes esse fundo solido, esse conhecimento da verdade e do dever, que é o sustentaculo supremo, a mais necessaria arma para as luctas da existencia. E por isso que os caracteres se vão abatendo, a venalidade cresce, a corrupção se avoluma com uma onda de perdição. O soffrimento arrasta-os ao homicidio, flagello de nosso seculo que empolga até as proprias creanças.

E, portanto, urgente e inadiavel prevenir-se o terrivel effeito dessa mal orientada educação nacional. E nas escolas onde devemos empregar todos os meios para que a mocidade comprehenda que a vida tem um alvo, que a lei moral é uma realidade e tem a sua sancção, fazendo surgir a cada passo a poderosa visão de um mundo de equidade, de amor e de justiça, em que tudo será pesado na balança do Divino Justiceiro. Ha uma doutrina que satisfaz amplamente as elevadas faculdades da alma, a intelligencia, o julgamento e a razão. Infelizmente, porém, essa doutrina não nos foi transmittida sem mescla, mas como só a verdade pôde desafiar a acção do tempo, ainda assim tem conservado atravez dos seculos a sua força, a sua moral e a sua grandeza: é a doutrina de Jesus. E essa doutrina de amor, de piedade, de misericordia e de fraternidade entre os homens, preconizada por Jesus juncto ao poço de Jacob, a que nos pôde consolar e dirigir, atravez dos innumeraveis desalentos e das contingencias de que é cheia a vida humana.

Tentemos, pela educação das classes desvalidas, regenerar uma grande parte da sociedade, e é a vós especialmente ó corações femininos, que sa-

Em 1902, um fato registrado nas atas manuscritas incomodou Anália Franco: munido de uma procuração, um senhor vai votar no lugar de sua mulher, fato que incomodou o grupo. Entretanto, ele votou, por não haver nada que o impedisse. No encontro seguinte, em 27 de novembro de 1902, uma emenda estatutária foi votada. Nela consta que somente mulheres associadas podem tomar decisões e votar na associação; por isso, é proibido o uso de procurações (*cf.* Atas da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo).

De acordo com a própria Anália em *A voz maternal*, a associação tinha caráter liberal e prestaria “bens” a todos indistintamente (Franco, 1904, p. 6). A educadora buscava espalhar ensinamentos com a consciência de que muitas crianças estavam sem os seus direitos atendidos e, pior ainda, não comoviam a sociedade nesse sentido.

É grande o número de crianças abandonadas à ignorância e ao desmazelo, que adormecem à beira do perigo e se precipitam na voragem dos vícios, sem terem quem se importe com elas no mundo. E o que há de mais triste, é que estes espetáculos se oferecem aos nossos olhos e não nos ofendem (Franco, 1906, p. 6).

As escolas dirigidas por Anália Franco receberam apoio de alguns políticos paulistas, que contribuíram com um empréstimo de salas para o funcionamento das primeiras escolas desenvolvidas pela AFBI. Entre esses apoiadores, destacam-se o secretário do Interior e Justiça de SP e o senador Paulo Egydio, que reconheciam o trabalho da educadora como um serviço prestado ao estado de São Paulo (*cf.* Relatório do Lar Anália Franco, de Londrina). Além disso, as escolas também receberam apoio da Maçonaria, instituição mencionada algumas vezes em livros de atas e outros relatórios.

Anália insere-se, nesse contexto, em um estereótipo que difundia preconceito. Uma mulher dirigindo escolas vinculadas a uma associação feminina, na qual somente mulheres poderiam votar e tomar decisões, que recebia apoio financeiro ou encampava escolas sustentadas pela Maçonaria. No início da República, essas escolas recebiam duras críticas da igreja católica, inclusive em impressos. Além disso, Anália Franco foi adepta da doutrina espírita, com a qual teve uma relação declarada, porém não proselitista. Por tudo isso, algumas vezes, suas escolas sofriam calúnias, principalmente por serem espíritas, o que levou Anália a publicar, por duas vezes ao menos, nos relatórios públicos anuais da AFBI, que qualquer pessoa interessada em conhecer pessoalmente as escolas poderia fazê-lo sem aviso prévio e visitar o espaço.

Outro projeto desenvolvido por Anália Franco junto a AFBI foi a fundação da Colônia Regenerados Dom Romualdo de Seixas. Com colaboradores e pagando em suaves prestações, Anália conseguiu comprar terras que, hoje, correspondem a parte do Jardim Anália Franco, na zona leste de São Paulo. Em 1905, ela tentou adquirir uma área rural para desenvolver atividades da AFBI, mas não conseguiu, realizando esse sonho somente em 1911 (Monteiro, 2004).

De acordo com Monteiro (2004), um dia, uma jovem bateu à porta de Anália e contou-lhe sua história. Apaixonada, pegou suas joias de família e fugiu com o seu amado; porém, assim que seu dinheiro acabou, foi abandonada. Ao tentar voltar para a casa de sua família, que era de classe alta e tradicional, teve seu retorno negado, ficando abandonada. Sem ter a quem recorrer, pediu ajuda à educadora que, sensibilizada, retomou o projeto de uma propriedade rural para regenerar mulheres abandonadas ou que tivessem seguido a prostituição como caminho de sobrevivência.

Na prática, não somente mulheres estiveram na colônia D. Romualdo – que se tornou a sede da AFBI –, mas também as filhas e os filhos dessas mulheres, além de outros órfãos. Na colônia, passou a funcionar uma tipografia que produzia periódicos, relatórios, manuais e livros em geral da associação, sendo também uma oficina de aprendizagem profissional. Os trabalhos na colônia incluíam atividades rurais destinadas à subsistência de todos os residentes e das crianças que estudavam lá.

Há relatos de ex-alunos e de anotações em atas atestando que, com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve uma brusca queda nos financiamentos e/ou doações para a AFBI. Nesse período, o quadro de pobreza aumentou, e as atividades com a banda musical e com o grupo dramático-musical se alargaram, ajudando a impulsionar a busca por apoios, principalmente no interior de São Paulo, a fim de incentivar a formação de escolas e orfanatos.

Na Ata da Associação, no dia 6 de janeiro de 1919, Anália Franco cita as apresentações do grupo composto por 44 órfãs, algumas professoras e seu marido em uma excursão por mais de cem localidades nos estados de São Paulo e Minas Gerais, durante um período de quatro a cinco anos. Cita ainda que a intenção do grupo, além de divulgar o trabalho da Associação, era arrecadar dinheiro para as obras. Durante as apresentações, fundou mais 18 sucursais pelo interior paulista (Lodi-Corrêa, 2009, p. 51).

Com a morte da Anália Franco, Bastos, por ser homem, não pôde mais ficar na Colônia D. Romualdo, o que o levou, após algumas tentativas anteriores, a fundar o Lar Anália Franco no Rio de Janeiro. O nome da AFBI também foi mudado para Associação Feminina Anália Franco, com os estatutos alterados em cartório. Atualmente, o nome é apenas Associação Anália Franco e ela atende crianças em idade escolar.

O ensino na perspectiva de Anália Franco

Fizemos uma introdução à vida de Anália Franco, pensamos na difusão de suas ideias através do *Álbum das Meninas* e na formação da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI) de São Paulo, como a concretização de um projeto. Este não foi fácil de realizar, mas permaneceu como uma luta constante de Anália e de um grupo de pessoas que estiveram ao lado dela.

E quanto ao ensino? Qual era o método utilizado? Como tudo se organizava? A associação estabeleceu uma rede de instituições vinculadas ao trabalho de Anália Franco, que alcançou o número de cem. No entanto, esse número era variável a cada ano, diante das dificuldades que se apresentavam. O tamanho dessa rede é inegável. São os relatórios anuais produzidos pela AFBI que apresentam os dados.

Como exemplo, o Relatório de 1908 apresenta algumas atividades da AFBI. Após dirigir-se às associadas, fala sobre as escolas maternas e menciona algumas cidades que formaram suas escolas naquele ano, tais como: Itapetininga, Jaú, Sertãozinho, Dois Córregos, Limeira, Jaboticabal, Rio Claro e Bebedouro, com seus respectivos membros, e lembra que Franca e Ribeirão Preto estão no processo. Ressalta o trabalho desenvolvido no Liceu Feminino, que formava professoras; na Escola Maternal Dona Paulina; na escola noturna para analfabetas; na escola maternal interna, que atendia os órfãos do Asilo e da Creche – também elencados. Destaca-se a Creche Dr. Antônio Prado, um albergue diurno para os filhos das mulheres empregadas, que funcionava diariamente das 6 horas até as 19 horas, com o maior público das 11 horas até às 15 horas e 30 minutos. Aponta as atividades da Biblioteca escolar, que naquele ano recebeu poucas doações. Ainda são apresentadas a Escola Profissional Tipográfica, a oficina de flores, a oficina de costura, aula dentária, aula de música, bazar de caridade, assistência médica e a *A voz maternal*. Na lista das escolas maternas, ainda constam as de Campinas e São Manuel, que já estavam instaladas anteriormente (Franco, 1909).

Não era possível acompanhar todas de perto; entretanto, conforme mencionado, as publicações ajudavam muito nesse trabalho pedagógico. Manuais eram publicados e distribuídos. Assim, encontramos manual para escola maternal, para creche, para o ensino escolar, ou em família; para as mães, livros de leitura infantil, lições para escolas maternas etc. Dessa maneira, conseguimos ver que ele propõe o ecletismo, uma tendência no Brasil na transição do século XIX para o XX.

Como nas escolas maternas não se propõe a exercitar uma ordem de faculdades em detrimento de outras, mas de bem as desenvolver harmonicamente, não seguimos com rigor nenhum dos métodos que se fundam sobre um sistema exclusivo e artificial. Pelo contrário, colhemos dos melhores métodos os exercícios mais simples e formamos, com o auxílio destes, diversos elementos em um conjunto mais ou menos apropriado às necessidades da criança, pondo em jogo todas as suas faculdades (Franco apud Franco; Caldas, 1902, p. 3).

Em Anália Franco, conseguimos ver que ela propõe o ecletismo, que foi uma tendência no Brasil na transição do século XIX para o XX. Diante dos estudos realizados por Anália Franco na diversidade brasileira, optou por usar mais de um método e não se fazer seguidora de algum muito específico. Em seus textos, são citadas várias autoras e autores como referência.

Em 1902, Anália Franco assina, junto com Eunice Caldas,⁷ o *Manual para as escolas maternas da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva* e estabelecem as “primeiras advertências”, relacionadas às escolas maternas e à educação em geral. Em outros manuais, como no *Manual para as creches da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva*, de 1914, as mesmas palavras aparecem em 38 tópicos, como “Advertências para as professoras”. E inicia-se da seguinte forma:

a escola é uma reunião de crianças com organismos inteligíveis e caracteres apenas desabrochados e suscetíveis a todas as modificações, boas ou más. Nenhum cinzel pode tocar mais profundamente na matéria que talha do que aquele de que servem os professores; e, também, nenhuma matéria é mais nobre e digna, nem depende de tantos e tão múltiplos desvelos como a natureza infantil, sobre as suas três manifestações: organismo, inteligência e caráter (Franco e Caldas, 1902, p. 9).

O cuidado com a criança desponta como fundamental, assim como o cuidado dispensado pelas educadoras, que devem preparar suas aulas, despertar a curiosidade e o interesse da criança, além de fazer do ambiente escolar um espaço prazeroso. As explicações devem ser simples e de fácil compreensão. As creches e escolas maternas são vistas como um espaço de transição entre a família e a escola. Portanto, devem “conservar a doçura afetuosa e a indulgência da família, iniciando ao mesmo tempo a criança no trabalho e na regularidade da escola” (Franco e Caldas, 1902, p. 26).

Ainda sobre a metodologia de ensino, encontram-se as lições de coisas:

o método consiste, sobretudo, na explicação de cada coisa e, quanto possível, na vista mesmo do objeto. Está claro que nem sempre será possível fazer-se ver o que se quer demonstrar, mas, cada vez que em lugar de descrever ou definir, só poder mostrar o objeto, será mais vantajoso (Franco e Caldas, 1902, p. 15).

Como já dito, as instituições dirigidas por Anália, ao contrário das escolas públicas e particulares do período, utilizavam a coeducação entre os sexos como fundamental, aplicando um currículo único dentro das escolas. Neste currículo, encontram-se certas disciplinas e propostas como: língua portuguesa, gramática, matemática, aritmética, geometria, história, geografia, lições morais, zoologia, botânica, lições de coisas, ginástica, trabalhos manuais, canto, jogos para recreio, astronomia, aulas que envolviam o cuidado com o corpo, arte e teatro. Os manuais traziam recomendações de como desenvolver a atividade, além de ditados e exercícios para serem aplicados. O diálogo é sempre citado como a principal abordagem nas aulas.

⁷ Sobre Eunice Caldas (1879-1967), responsável, em 1902, pela criação de uma seção da AFBF na cidade de Santos, SP, indica-se a pesquisa de Caputo, Melissa Mendes Serrão, Eunice Caldas: uma voz feminina no silêncio da história (Santos, 2008, p. 190). Dissertação (Mestrado em Educação e Formação) – Universidade Católica de Santos.

A mulher é sempre lembrada no contexto educacional, principalmente a mulher das classes baixas:

é um engano supor-se que a mulher, educada na completa ignorância do mal e segregada de todo o convívio social, esteja, pela sua ingênua simplicidade, menos exposta aos erros e tentações do que a que for esclarecida e guiada para saber defender-se contra os perigos que a cercam. [...] a mulher pobre necessita iniciar-se aos poucos para melhor conhecer a sociedade onde terá de lutar e combater mais tarde, talvez só e desajudada (Franco, 1906, p. 11).

Pensar na situação da mulher sem deixar de ver as possibilidades de transformações sempre foi uma característica de Anália Franco. Ela acreditava no processo educativo e em ações coletivas pela associação de pessoas que compartilhavam sua crença na possibilidade de mudança e colaboravam para isso.

Algumas considerações

Anália Franco foi uma mulher que levou a sério a situação do país e as necessidades diretas da população mais pobre, mas principalmente abordou a situação da mulher. Usando muitas vezes as propostas da Revolução Francesa, falou sobre liberdade, igualdade e fraternidade.

A igualdade entre os sexos e a igualdade de oportunidades estavam diretamente relacionadas à liberdade, que só se constituiria seguindo pelo caminho seguro da educação do povo. Era inconcebível para ela a constituição de um regime republicano com aspectos democráticos que não efetivasse a educação para todas e todos, sem diferenças curriculares, sem distinção de sexo ou classe social.

Anália Franco dedicou sua vida à educação. Desde sua primeira escola maternal, ainda no Império, procurou garantir o direito à escolarização de crianças negras, filhas de escravizadas/os. Esse compromisso refletiu-se nos textos engajados do *Álbum das meninas*, nos quais experimentou a aceitação das ideias defendidas. Depois, engajou-se em uma militância de corpo e alma nos trabalhos da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, entre 1901 até o seu falecimento, em janeiro de 1919.

Educação, para Anália Franco, era a chave tanto para o desenvolvimento do país como para a autonomia necessária de cada pessoa. Educação intelectual como direito de cidadãos e cidadãs; educação profissional para desenvolver uma vida independente e livre, especialmente para as mulheres, frequentemente submetidas a relacionamentos por constrangimentos financeiros; educação voltada às artes para o desenvolvimento pleno das crianças e para deleitar-se com literatura, poesia, música, teatro, pintura, entre outros.

Em relação ao ensino intelectual, ele esteve em diálogo com educadoras e educadores que foram seus contemporâneos, extraindo atividades, concepções, elementos de interação e aprendizagem, adaptando-os à realidade brasileira. Não fez adesão a um único método de trabalho, optou pelo ecletismo, compreendendo a variedade de possibilidades e as distinções de cada

turma. Fez-se presente na formação de professoras que expandiram a atuação da AFBI pelo interior e pelo litoral e, além disso, pela produção de manuais, livros de leitura e periódicos.

As possibilidades de estudos e pesquisas em torno da vida e da obra de Anália Franco são imensas. Sempre há um detalhe, um período de sua vida ou uma instituição que esteve relacionada à educadora que pode ser objeto de investigação mais detalhada. Hoje, vemos a grande obra produzida por ela no contexto em que foi desenvolvida, como as dificuldades de comunicação e transporte da época, o que torna ainda maior a grandiosidade de sua atuação.

Por meio dessa síntese, imaginamos esclarecer o título do nosso capítulo: Anália Franco é uma educadora que o Brasil ainda precisa conhecer.

Referências

CAPUTO, Melissa Mendes Serrão. *Eunice Caldas: uma voz feminina no silêncio da história (1879-1967)*. Sobre Eunice Caldas (1879-1967), responsável, em 1902, pela criação de uma seção da AFBI na cidade de Santos-SP. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Formação) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2008. Disponível em: <https://tede.unisantos.br/handle/tede/143>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CHRISTO, E; LODI, S. *Anália Franco a educadora e seu tempo*. Bragança Paulista: Editora Comenius, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8. ed. revista e ampliada. São Paulo: Unesp, 2008.

INCONTRI, Dora. *Pedagogia Espírita: um projeto brasileiro e suas raízes*. Bragança Paulista: Editora Comenius, 2004.

INCONTRI, Dora. *Pestalozzi: educação e ética*. São Paulo: Editora Scipione, 1996.

LAR ANÁLIA FRANCO. Disponível em: <https://laf.org.br/>. Acesso em: 4 ago. 2022.

LODI-CORRÊA, Samantha. *Anália Franco e sua ação sócio-educacional na transição do Império para a República (1868-1919)*. Orientador: Sérgio Eduardo Montes Castanho. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MEMÓRIA IBGE. *Censos Demográficos*. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acesso em: 5 fev. 2024.

MONTEIRO, Eduardo Carvalho. *Anália Franco: a grande dama da educação brasileira*. São Paulo: Editora Madras, 2004.

Fontes primárias

ASSOCIAÇÃO FEMININA BENEFICENTE E INSTRUTIVA. São Paulo: Typ. do Globo.

A VOZ MATERNAL: orgam da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo. São Paulo: Typ. d'A voz maternal, ano I, n. 1, 1903; ano I, n. 2-12, 1904; ano II, n. 1.

BASTOS, Anália Franco. *Leituras progressivas para crianças*. Livro II, fascículo n. 2. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1906.

BASTOS, Anália Franco. *Leituras progressivas para crianças*. Livro I, fascículo n. 2. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1909.

FRANCO, Anália. *Álbum das meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras*. São Paulo, ano I, II e III, n. 1-20, 24, 27, 28, 29 e 30, 1898-1901.

FRANCO, Anália; CALDAS, Eunice. *Manual para as Escolas Maternais da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva*. Primeiro Trimestre. São Paulo: Tipo-lithografia Ribeiro, 1902.

FRANCO, Anália. *Lições aos pequeninos*. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1914b.

FRANCO, Anália. *Manual das mães para o segundo ano elementar: ensino em família ou em classes*. 1ª série, livro do aluno, fascículo n. 2. São Paulo: Typ. da Colônia Regeneradora, 1917.

FRANCO, Anália. *Manual das mães para o segundo ano elementar: ensino em família ou em classes*. 1ª série, livro do aluno. São Paulo: Typ. Da Colônia Regeneradora D. Romualdo, 1916.

FRANCO, Anália. *Manual das mães para o segundo ano elementar: ensino em família ou em classes*. 1ª série. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1913b.

FRANCO, Anália. *Manual para as creches da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva*. São Paulo: Typ. do Globo, 1914a.

FRANCO, Anália. *Relatório de 1905: apresentado e aprovado em Assembléia Geral Ordinária de 15 de janeiro de 1906*. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1906.

FRANCO, Anália. *Relatório de 1908: apresentado e aprovado em Assembléia Geral Ordinária de 15 de janeiro de 1909*. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1909.

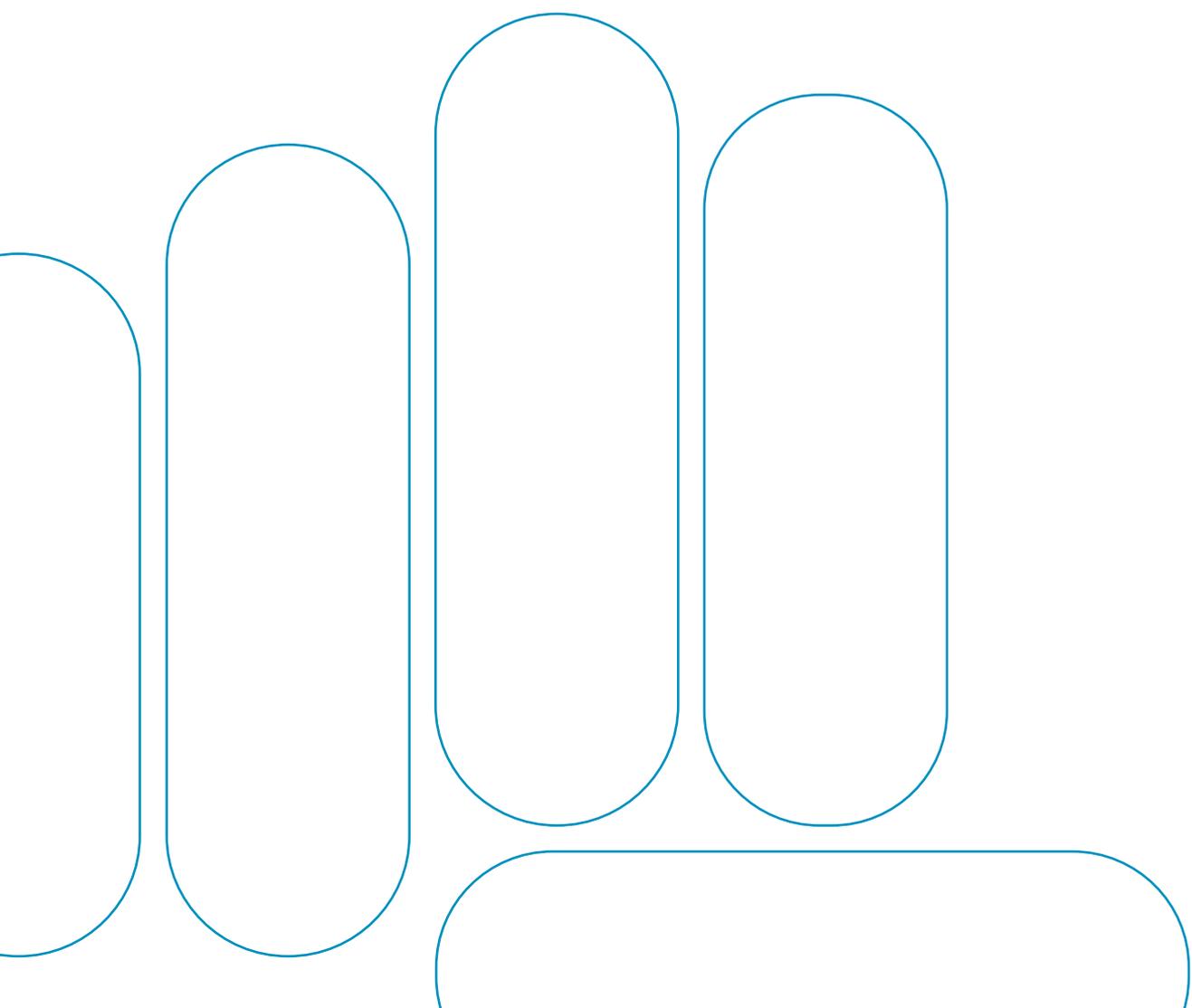
FRANCO, Anália. *Relatório de 1912: apresentado e aprovado em Assembléia Geral Ordinária de 5 de abril de 1913*. São Paulo: Typ. Do Globo, 1913a.

FRANCO, Anália. *Terceiras lições para as escolas maternais*. São Paulo: Typ. D'A voz maternal, 1905.

RELATÓRIO do Lar Anália Franco de Londrina. [S.n.], [S.l.].

Fontes manuscritas

Livro de atas da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo (Fonte: Associação Anália Franco).



A Editora UnB é filiada à



Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

EDUCADORAS E EDUCADORES BRASILEIROS

Do centenário de Paulo Freire e Darcy Ribeiro aos 60 anos da UnB

Este livro nasceu do compromisso deixado pelos dois maiores idealizadores da Universidade de Brasília, que são referências para todos nós: Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Eles tinham o objetivo de fazer da UnB uma grande referência no papel de pensar o Brasil, pautar os temas nacionais e ajudar a buscar soluções para transformar a realidade do povo brasileiro. Trata-se de um livro que resulta do curso de extensão intitulado Educadoras e educadores brasileiros: do centenário de Paulo Freire aos 60 anos da UnB, ofertado em 2021, quando o Brasil e o mundo estavam imersos na maior crise sanitária do nosso tempo: a pandemia de covid-19. Estávamos em busca de caminhos, enfrentando o negacionismo daqueles que deveriam estar à frente dos problemas, o qual trouxe graves consequências, vitimando mais de 700 mil vidas e deixando sequelas graves para a sociedade como um todo. O referido curso de extensão tratou da vida, da obra e das contribuições de educadoras e educadores do Brasil, que foram e são tão importantes para nos ajudar a pensar em caminhos, propostas, ações e políticas para os diferentes problemas do país, em sua imensa riqueza cultural, de modo a combater e reverter suas desigualdades. É um livro que, assim como a UnB, está comprometido com um novo amanhecer, em um país mais inclusivo, participativo, multicultural, democrático e sustentável.

EDITORA

